

Diário do Legislativo de 10/11/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 49ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar os 30 Anos do Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale - e a Homenagear a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje

1.2 - 81ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 49ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/11/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Carlos Gomes - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Tadeu Martins Soares - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - André Quintão - Carlos Gomes.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar os 30 anos do Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale - e a homenagear a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Tadeu Martins Soares, fundador do Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale -; a Exma. Sra. Aneuzimira Caldeira de Souza, Diretora Administrativa da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje -; e os Exmos. Srs. Deputados André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; e Carlos Gomes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar as presenças dos Exmos. Srs. Vereadores Raimundo Luiz Vieira Dutra, Presidente da Câmara Municipal de Padre Paraíso; Paulo Izidoro; José Gabriel Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Catas Altas; e David do Rosário Magno, também de Catas Altas; do Exmo. Sr. Roque Camelo, Prefeito Municipal de Mariana; das Exmas. Sras. Aída Anacleto, Vereadora desse Município; e Ana Paschoal, Diretora do Ceasa; e do Exmo. Sr. Eduardo Dumond, Gerente da Conab.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação com instrumentos do Vale do Jequitinhonha.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Carlos Gomes

Exmo. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; grande amigo Tadeu Martins Soares, fundador do Festivale, representando nesta Mesa os demais fundadores; Sra. Aneuzimira Caldeira de Souza, Diretora Administrativa da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje -; senhoras e senhores, amigos do Vale do Jequitinhonha, sejam todos muito bem-vindos.

Quero, em primeiro lugar, saudar e agradecer a participação de todos os presentes, artistas, agentes culturais, cidadãos e de toda Minas Gerais, que nos acompanha pela TV Assembleia. Em seguida, quero dizer aos meus amigos Tadeu Martins Soares, Aurélio Silby Chaves, George Abner Figueiredo e Carlos Alberico Martins Figueiredo, fundadores do Festivale, e à Aneuzimira Caldeira Souza, representante da Fecaje nesta reunião especial, que sejam bem-vindos e que me honra muito, em nome dos mineiros, homenageá-los neste momento em que celebramos os 30 anos de criação do que considero o maior evento cultural do Estado de Minas Gerais - o Festivale. Hoje, dia 5 de novembro, comemoramos o Dia Nacional da Cultura, que foi instituído por meio da Lei nº 5.579, de 1970. A escolha desta data é uma homenagem ao aniversário de nascimento de Rui Barbosa, um dos mais importantes personagens da história nacional. O Brasil é um país de formação multicultural e multirracial, refletindo os vários povos que constituem sua demografia e, por isso, carrega um pouco do costume de cada povo que aqui veio morar. Dos negros, herdamos o candomblé, a capoeira, parte do nosso vocabulário e muito do nosso folclore. Dos índios, herdamos o artesanato, a pintura corporal, comidas exóticas e a rede. Do português, ficamos com a religião, a língua e as roupas. A cultura brasileira reflete os vários povos que constituem a demografia deste país: indígenas, europeus, africanos, asiáticos, árabes e outros. Como resultado da intensa miscigenação e convivência dos povos que participaram da formação do Brasil, surgiu uma realidade cultural peculiar, que inclui aspectos das mais variadas culturas. E no Vale do Jequitinhonha não foi diferente, temos lá um rico acervo cultural e popular.

No dia 3 de novembro de 1979, os idealizadores do Festivale, que ora homenageamos, promoveram, na cidade de Itaobim, um dos mais importantes eventos culturais de toda a história de Minas Gerais, o I Encontro de Compositores do Vale do Jequitinhonha, com a presença de artistas, artesãos, poetas, cantadores, trovadores e militantes do movimento cultural, que defendiam, com todas as forças, o desenvolvimento político e cultural da região. Ali nasceu o Festivale - Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha. O Festivale não é somente um evento, é um grande encontro de artistas e amantes da cultura regional de Minas Gerais. É uma celebração de várias atividades da cultura regional, como: festival de música, concurso de poesia, mostra de teatro e grupos de cultura popular, feira de artesanato, "shows", palestras, enfim, toda riqueza cultural do Vale do Jequitinhonha. O Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale - tem sido motivo de orgulho dos mineiros, tanto pela qualidade de suas ações culturais quanto por sua causa: levar a cultura do Vale do Jequitinhonha a todos os cantos do nosso Estado e do nosso país.

Muitos artistas despontaram a partir do Festivale. Na música, podemos citar: Rubinho do Vale, Saulo Laranjeira, Paulinho Pedra Azul, Walter Dias, Mark Gladston e Frei Chico, além de Carlos Farias e do Coral das Lavadeiras de Almenara, entre outros. Dos poetas e dos escritores que contam a história e os sentimentos do povo do Vale, podemos destacar: Cláudio Bento, Luiz Carlos Mendes Santiago, Gonzaga Medeiros, Tadeu Martins, Lena Guimarães, Narciso Durães, Argeu Guimarães, Jota Neris e muitos outros. Dos abnegados agentes culturais e dirigentes, citamos Marcos Gobira, Tiburcim, Fabiane Pereira, Tião Rocha, Mauro Chaves, Itamar e a nova geração, tão bem-representada por Ângela Freire, Jô, Zé Augusto, Nilson Flávio e tantos outros que fazem da arte a esperança e a alegria do povo do Vale do Jequitinhonha. E ainda há os mestres do Vale com suas artes: Mestre Antônio, Zé do Ponto, Zé do Balaio, João do Cipó, Ulisses, D. Isabel, Zefa Artesã, Sr. Ulisses de Icará - "in memoriam" -, Valdir Marvejol - "in memoriam" - e Lira Marques, entre outros.

A Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje -, responsável pela realização do Festivale, é reconhecida por sua importância como mantenedora desse encontro de resistência da cultura popular de Minas Gerais. Por isso se entende também que é necessário o reconhecimento desse evento como difusor da cultura popular e a valorização dos grupos e das entidades culturais e artísticas de região explorada e carente, mas que tem como fortaleza sua hospitalidade, sua solidariedade e a cultura de seu povo, que é passada e repassada de pais para filhos. Prestamos, nesta data, justa homenagem ao Festivale nas pessoas de seus idealizadores: Tadeu Martins Soares, Aurélio Silby Chaves, George Abner Figueiredo e Carlos Alberico Martins Figueiredo, na ocasião do 30º ano de existência do Festivale e da Fecaje, atual entidade organizadora do evento, na pessoa de sua representante legal, Aneuzimira Caldeira Souza. Entendemos que a realização do Festivale contribui com a promoção da cultura do Vale do Jequitinhonha e colabora para sua divulgação em todo o Estado e em todo o País, promovendo a integração regional e cultural dos inúmeros artistas, das mais diversas especialidades, das muitas famílias que vivem do artesanato e de outras atividades culturais.

Necessitamos também promover o turismo do Vale do Jequitinhonha para fortalecer as economias locais, incentivar a retomada do crescimento da região, dos circuitos turísticos, dos artesanatos e dos eventos culturais. Parabéns a todos. Fico muito orgulhoso ao prestar esta justa homenagem à cultura do Vale do Jequitinhonha, por meio de seus idealizadores. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo do 3º Festivale.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, fará a entrega ao Exmo. Sr. Tadeu Martins Soares, fundador do Festivale, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "Em 3 de novembro de 1979, o encontro de talentos compositores, em Itaobim, prenunciava um dos maiores e mais importantes festivais artísticos de Minas Gerais: o Festival Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale. Muito mais do que uma mostra cultural em que a dança, o artesanato, a música e a literatura se entrelaçam, o evento, organizado pela Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje -, constitui-se na própria manifestação de vida do povo da região, com seus sonhos e suas esperanças. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais comemora os 30 anos de expressão artística do Festivale e presta homenagem à Fecaje por seu ideal de valorização da cultura mineira".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Carlos Gomes para fazermos a entrega da placa.

O locutor - Convidamos a participar da entrega da placa também a Sra. Aneuzimira Caldeira de Souza e os Srs. Aurélio Silby Chaves e Carlos Albérico Martins Figueiredo.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Tadeu Martins Soares

Caro Deputado José Henrique, 2º-Vice Presidente da Assembleia Legislativa, aqui representando o Presidente Alberto Pinto Coelho; caro amigo Deputado Carlos Gomes, um dos grandes defensores do movimento cultural de Minas Gerais nesta Casa, com quem tive a honra de dividir trabalhos na Prefeitura Municipal desde os tempos do Prefeito Patrus Ananias, uma das mais expressivas administrações de Belo Horizonte. Cara companheira Aneuzimira Caldeira de Souza; caros companheiros, irmãos de caminhada, Aurélio Silby, Carlos Figueiredo e George Abner.

Para falar do Festivale, temos que contar uma história, e quero contar uma. Registro a presença de tantos companheiros, mas falarei de todo o pessoal do Vale do Jequitinhonha. Estou vendo um representante das forças políticas do Vale, nosso amigo Presidente da Câmara Municipal de Padre Paraíso, Raimundo Luiz Vieira Dutra.

Em nome de todos da Fecaje, do Aurélio, do George e do Carlos Figueiredo, agradeço ao grande irmão Carlos Gomes essa lembrança. O Festivale representa muito para o Vale do Jequitinhonha, para Minas Gerais e para todo o Brasil. Ele abriu muitas portas para aquela região, possibilitando uma mudança de paradigma. Perdeu-se o nome de vale da miséria e da fome, e quando se fala do Jequitinhonha em qualquer lugar do Brasil hoje, todos se lembram da cultura popular. O Vale passou a ser o vale da cultura, e o Festivale cumpriu esse papel, ajudando na transformação da região. Ao fazer essa homenagem, Carlos Gomes está homenageando toda a região. O companheiro Jessé, do gabinete do Deputado Carlos Gomes, fez esse contato conosco e com a Fecaje para possibilitar a realização desse evento.

Agradeço a presença dos meus filhos, da minha esposa e de tantos amigos que estão aqui. Juntos, dividimos a privação da família nesse movimento. A companheira Lica, esposa do Aurélio, também é dessa longa caminhada cultural; e a Zezé, irmã do Carlos Figueiredo, também foi uma militante combativa, pois nos ajudava e era na sua casa que nos reuníamos no início.

Essa história do Festivale começa com a dificuldade de transporte no Vale do Jequitinhonha. Semana Santa de 1977: saímos de Itaobim para Belo Horizonte, já morando aqui e lecionando em cursinho pré-vestibular, militando em movimento estudantil universitário, estudando Engenharia Química na UFMG. Nessa viagem de Itaobim até aqui, naquela dificuldade de conseguir transporte, gastamos 25 horas. Tomamos um ônibus de Itaobim a Teófilo Otôni, outro ônibus de Teófilo Otôni a Governador Valadares, e o trem de Governador Valadares a Belo Horizonte.

Aurélio Silby, eu e José Lobo, um companheiro de Itaobim. Nessa viagem de 25 horas sem dormir, conversamos. Aurélio era militante do movimento estudantil, estudante de Economia na PUC Minas. Pensávamos em nos unir para fazer algo pela região. Causava-nos tristeza o Vale do Jequitinhonha ser chamado de vale da fome, vale da miséria. Naquele período da ditadura militar, era preciso buscar formas de organização. Ali começou a conversa minha e do Aurélio Silby, nessa viagem de 25 horas. No dia seguinte, essa conversa continuou com o Carlos Figueiredo, com quem encontrei e falei sobre a conversa que tivemos. Daí a pouco, o Aurélio trouxe o amigo dele da PUC, George Abner. Carlos estudava Sociologia na UFMG, e o George Abner estudava Comunicação na PUC, era amigo do Aurélio e militante do movimento estudantil. O Aurélio era Presidente do DA de Economia, e o George do DA de Comunicação, de Jornalismo da PUC. Nessa conversa dos quatro, ficamos pensando no que fazer.

Assim nasceu o Geraes. Em março de 1978, o Geraes chegava ao Vale do Jequitinhonha, com proposta muito clara: dar voz e vez ao Vale do Jequitinhonha, mostrar a luta, os sonhos e as esperanças de região que era, até então, tratada tão somente como vale da miséria, vale da fome e vale da marcha à ré. Então aquilo ganhou rumo totalmente diferente. Começamos a criar movimentos em cada cidade, núcleos em cada cidade. Estou falando em nome deles, mas gostaria que todos estivessem aqui falando. Tivemos oportunidade de criar núcleos de organização do Geraes em várias cidades do Vale.

Confesso que o maior aprendizado da minha vida, naquele primeiro momento, se deu com esses três companheiros. Nunca houve decisão totalitária, discutíamos até as vírgulas do texto que seria publicado. Discutíamos cada ação passo a passo. Era discussão política séria. Confesso que aprendi muito sobre política com o Aurélio Silby e com o George Abner. Aprendi muito sobre literatura e sobre militância cultural com este nobre companheiro, Carlos Figueiredo, que teve papel fundamental no crescimento do Geraes. O Aurélio era voz sensata e companheira, ponto de equilíbrio nas nossas discussões, sempre cortando qualquer discussão sobre o lado pessoal e nos levando a fazer avaliações políticas e avaliações de conjuntura.

Sei que, assim, o Geraes começou com base sólida, com núcleos em todas as cidades, até que, no dia 3/11/1979, em Itaobim, realizamos o 1º Encontro de Compositores do Vale do Jequitinhonha. Deputados José Henrique e Carlos Gomes, foi algo impressionante. Em primeiro lugar, pela felicidade que tivemos. Foi impulso que não foi coisa do acaso, foi de Deus. O caminho ali, a forma como aconteceu, foi muito interessante. De onde veio o sucesso dessa primeira empreitada? O sucesso foi simples. Quando fazíamos o cartaz para divulgar o 1º Encontro de Compositores, a ditadura militar divulgava cartazes com as fotos e os nomes dos nossos companheiros militantes de esquerda, que eram caçados como terroristas. Vinha lá: "Terroristas procurados". Havia grande quantidade de fotos, inclusive de companheiro que militou no movimento, Apolo Henriger Lisboa. Um dos cartazes de procurados da ditadura trazia a foto estampada do Apolo. Bolamos algo diferente,

fizemos cartaz convidando para o 1º Encontro de Compositores do Vale com as fotos dos músicos que participariam do evento e com o dizer: "Procurados" bem grande. Era cartaz que copiava os cartazes da ditadura. O texto dizia: "Todos são acusados de fazerem música no Vale do Jequitinhonha e de serem desconhecidos do grande público. Você os encontrará no mercado de Itaobim, armados de viola e de violão. Sua recompensa por encontrá-los é conhecer a canção da terra e saber o valor cultura do Jequitinhonha".

Pregamos esses cartazes nas cidades do Vale e os afixamos aqui, em Belo Horizonte. Os cartazes deram rebulição muito grande em Belo Horizonte, porque as pessoas os confundiam com os cartazes de procurados. Muita gente não lia, só olhava e dizia: "Gente, este é procurado". Por causa desses cartazes, bateram às nossas portas, no apartamento da Zezé, onde era nossa sede, no Cine Regina. Bateram lá a Rede Globo, a Alterosa e a Band. Foram três entrevistas em TV e em mais duas emissoras de rádio, a Guarani, a Rural e a Inconfidência, para divulgar esses "Procurados". Por sorte, por termos feito o cartaz nos moldes que a ditadura fazia, para combatê-los usando a mesma arma, isso ganhou proporção que não esperávamos. Aquele momento de criatividade vingou, proporcionando evento inesquecível. Assim o 1º Encontro de Compositores do Vale do Jequitinhonha reuniu gente da região toda e foi a base sólida para se criar o Festivale, que nasceu em julho de 1980, em Itaobim. Só na área musical, há hoje 84 pessoas com discos gravados, filhos do Festivale. Os mais importantes são Paulinho Pedra Azul, ganhador do 1º Festivale; Rubinho do Vale, que ganhou o 2º e o 3º; Tadeu Franco, que ganhou como melhor intérprete no 1º Festivale; Saulo Laranjeira, que vem a partir do 4º, em Minas Novas; Célia Mara, que mora há muitos anos na Áustria e faz "shows" nos circuitos de "jazz" mais importantes do mundo; Dedim de Ciço, que está com grupo de forró na Suíça; Heitor de Pedra Azul, que faz "shows" constantemente e mora na França; e tantos outros, como três companheiros valentes que partiram, que também eram militantes desse movimento, deram sua parcela de contribuição e foram para o andar de cima. Mas, com certeza, continuam lá. São eles Jansen Chaves, Zizinho e Verono Mark Gladson, falecido recentemente, era grande artista, com disco gravado. O Mark Gladson era mais recente, mas os outros dois participaram desde o início do movimento.

Então, em nome de todo o Vale do Jequitinhonha, agradeço a Carlos Gomes. Agradeço também a Aurélio, a George e a Carlos a convivência que tivemos. A amizade permanece até hoje. Com certeza, muitos outros projetos virão. Esta é um pouco dessa história: "São muitos anos de folia e luta / grito que todo o Vale escuta / que bate no peito e cola / na cabeça a transformação / cultura como meio de ação / tendo na cantoria a mola / vivendo as coisas do povo / estamos aqui de novo / vida do Vale em verso e viola / Nasceu lá em Itaobim / povo não achou ruim / acreditou logo de sola / juntou escritor e artesão / poeta, cantor, folião / todo o povo bom de bola / para valorizar nossa terra / e quem faz isto não erra / vida do Vale em verso e viola / Correr o Vale de norte a sul / no outro ano foi Pedra Azul / outra grande festa rola / juntamos o peito e o coração / com coragem e disposição / tristeza não nos amola / vivemos mais uma etapa / a consciência não nos escapa / vida do Vale em verso e viola / Por força da necessidade / repetimos uma cidade / Itaobim foi nossa padiola / reiteramos o compromisso / o povo não ficou omisso / fez do coração a vitrola / onde a música mais perdida / era a história da sua vida / vida do Vale em verso e viola / Ano seguinte foi Minas Novas / artesanato, cantoria e trovas / o Festivale fazendo escola / em Minas Gerais foi copiado / atravessou as fronteiras do Estado / força do povo ninguém controla / a vida do povo se enfeita / respeito é a grande receita / vida do Vale em verso e viola / O movimento não parou aí / fomos depois para Araçuaí / repetindo o toque de bola / aumentou um pouco o escore / artesanato, cantoria e folclore / pedra que a faca amola / nosso povo ficou contente / levando a vida em frente / vida do Vale em verso e viola / Praças, ruas e esquinas / chegamos depois em salinas / folgando camisa e gola / carregando do povo a bandeira / na folia, festa verdadeira / que a tristeza não cola / o povo do Vale unido / deixou o cantar fortalecido / vida do Vale em verso e viola / Levando a coragem na cara / fizemos o sétimo em Almenara / o trabalho não nos esfola / é trabalho com dedicação / força do povo é sua união / preguiça não nos enrola / sonhar e acreditar no que sonha / valorizando o Jequitinhonha / vida do Vale em verso e viola / Subimos ao Serro do Frio / lá na nascente do rio / que a natureza controla / a festa cumprindo a sina / aumenta curso e oficina / levando o povo pra escola / é estudando que se aprende / e a chama da vida se acende / vida do vale em verso e viola / Seguindo o contorno do mapa / chegamos a Virgem da Lapa / coragem e fé na sacola / sem participação do Estado / o trabalho foi apertado / o Governador nos enrola / mas o povo nos deu a mão / a festa foi de mutirão / vida do Vale em verso e viola / Quando o governo atrapalha / o povo se une e não falha / não tem moleza ou virola / foi com o apoio da população / que Rubim nos deu a mão / não deixando cair a pianola / e como estava nos planos / nós comemoramos dez anos / vida do Vale em verso e viola /..." - depois de Rubim, veio a Fecaje, que passou a administrar, e aí vieram Diamantina, Jequitinhonha, Bocaiúva, Minas Novas, Salto da Divisa, Carbonita, Itinga, Jordânia, Pedra Azul, Medina, Salinas, Araçuaí, Joaíma, Capelinha, Grão-Mogol; esperamos que o próximo possa acontecer em Padre Paraíso, em 2010 - "...força do povo ninguém derruba / é semente que o tempo aduba / e não há praga que interponha / a árvore está frondosa / dando frutos e sombra gostosa / é tudo o que o povo sonha / para que o povo não se cale / viva o nosso Festivale / a festa maior do Jequitinhonha!". Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, assistiremos a uma apresentação musical de Walter Dias, que interpretará as músicas "Ave Cantadeira", de Paulinho Pedra Azul; "Rio de Histórias" e "Manifesto H₂O", de sua autoria; e "ABC do Amor", de domínio público, esta em homenagem a Rubinho do Vale.

O Sr. Walter Dias - Boa noite a todos. Quero agradecer ao Deputado Carlos Gomes e à sua equipe, ao Jessé e ao Geraldo Arco Verde, que foram carinhosos e muito bacanas comigo. Agradeço a honra de estar aqui, com tantas pessoas culturalmente ricas da minha região, o Vale do Jequitinhonha. Sou de geração que veio um pouco depois. Desde que conheci a cultura do Vale, jamais fui a mesma pessoa. Saí de lá ainda pequeno, depois me radiquei em Belo Horizonte, após ter estado em Goiás. A partir de então, fui presença constante em todos os festivais. Interpretarei esta canção homenageando o Paulinho Pedra Azul, que foi o primeiro vencedor.

- Procede-se a apresentação musical.

O Sr. Walter Dias - Nasci em Araçuaí. É bom lembrar isso. Temos uma música, no Vale do Jequitinhonha - o Rubinho do Vale, para mim, é um ícone musical, em se tratando da cultura musical dessa região, porque, até hoje, ele mantém a questão da identidade dessa música de domínio público -, que cantarei agora e que os meus pais e os pais de muitos de vocês também cantaram. A Lira e o Frei Chico iniciaram esse trabalho e levaram essa canção a vários lugares deste país.

- Procede-se a apresentação musical.

O Sr. Walter Dias - Em 2006, venci o Festivale. Foram três primeiros lugares. O segundo foi em Araçuaí, terra natal, cidade vencedora, tendo havido mudança turbulenta de Taiobeiras para lá. À época, compus uma canção chamada "Rio de Histórias", pesquisando a questão da colonização, a origem, a árvore genealógica da qual faço parte também, sendo remanescente de índios que ocuparam a região, descendentes dos aimorés, os boruns, conhecidos pelo termo pejorativo "botocudos". Rio de Histórias.

- Procede-se a apresentação musical.

O Sr. Walter Dias - Para encerrar minha participação, agradecendo novamente o convite, cantarei a música com que venci o mais recente Festivale, em julho, em Grão-Mogol. Mais uma vez, o Festivale cumpre este papel de ser político e cultural. A música que cantarei agora se chama "Manifesto H₂O", refletindo uma preocupação com a água do Brasil e do mundo. Quero lembrar também que outros festivais têm se inspirado no Jequitinhonha. O próprio Festival Vozes de Mestre tem o formato do Festivale, e as pessoas que lidam com ele transitaram no Vale do Jequitinhonha como militantes, artistas, jornalistas e hoje realizam aquele festival, que, quero crer, também se inspirou no Vale do Jequitinhonha e é um grande festival. Então, esta música - "Manifesto H₂O" - foi o 1º lugar no Festivale de Grão-Mogol.

- Procede-se a apresentação musical.

O Sr. Walter Dias - Obrigado, Festivale, por todo o carinho comigo, por toda a energia e toda a luz que tenho recebido durante todo o tempo. Vale! Agradeço a vocês todos, a toda a equipe organizadora e ao Deputado Carlos Gomes.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Tadeu Martins Soares, fundador do Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha - Festivale -; Aneuzimira Caldeira de Souza, Diretora Administrativa da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - Fecaje -; Deputado Carlos Gomes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputado André Quintão; demais autoridades presentes; Walter Dias, cantor que fez essa belíssima apresentação; senhoras e senhores, o Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais peculiares de Minas Gerais. Durante muito tempo, sua imagem esteve associada à carência socioeconômica, fruto de um processo histórico de exploração de suas riquezas naturais sem a correspondente distribuição de benefícios às comunidades, além das condições hidrológicas e climáticas responsáveis pela seca, potencialmente geradora de mais problemas e desigualdades.

A despeito das reservas de ouro e diamante, descobertas nos sécs. XVI e XVII, da existência de diversos outros minerais preciosos e, depois, do incremento das atividades agropecuárias, o Vale nunca teve condições favoráveis a um crescimento justo e equilibrado, caracterizando-se pelos baixos Índices de Desenvolvimento Humano e pela migração de sua mão de obra em busca de oportunidades de trabalho e tornando-se alvo de políticas econômicas e sociais compensatórias, nem sempre com os resultados pretendidos. Mas o Vale do Jequitinhonha não é apenas uma região marcada pela escassez e pelo abandono. Ele tem uma forte identidade, construída ao longo do tempo pela resistência às adversidades, pela solidariedade de sua gente, pela valorização das relações sociais e por uma cultura popular extremamente rica e diversificada.

Da miscigenação entre o negro, o índio e o branco, surgiram não apenas as características antropológicas de seu povo, mas também suas variadas manifestações culturais, como as festas religiosas, a medicina popular, o artesanato – um dos mais belos e criativos do País e hoje conhecido internacionalmente – e diversos outros produtos típicos, a exemplo do queijo, requeijão, doces, licores, cachaça artesanal, carne de sol e uma culinária que ganhou notoriedade pelo Estado e pelo Brasil afora, graças aos ingredientes regionais, ao sabor e à originalidade.

A riqueza cultural do Vale também se manifesta por meio de outras formas de arte, como a "contação" de casos, a dramaturgia, a literatura, a poesia e a música. Nelas estão presentes elementos fundamentais do fazer artístico, como a criação, a expressão dos sentimentos, a comunicação, a interpretação e a transformação da realidade.

Quando mencionamos cidades como Capelinha, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Serro, Turmalina, Itacambira, Rubelita, Araçuaí, Berilo, Itaobim, Medina, Padre Paraíso, Virgem da Lapa, Almenara, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Jordânia, Pedra Azul, Rubim e muitas outras situadas na região, logo nos vêm à memória algumas dessas inconfundíveis manifestações culturais. E essas manifestações ganharam, há 30 anos, um valioso instrumento de incentivo e divulgação: o histórico 1º Encontro de Compositores do Vale do Jequitinhonha, que no ano seguinte transformou-se no Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha, o Festivale, ampliado e aprimorado durante estas três décadas de existência. Idealizado por Tadeu Martins, o evento teve, desde o início, o apoio de outros artistas e incentivadores da cultura, contando hoje, além do festival de música, com uma série de outras atividades, vinculadas à literatura, artesanato, folclore, teatro, cinema, vídeo, fotografia e produção e gestão cultural. Graças ao idealismo de seus pioneiros e, posteriormente, às pessoas que estiveram à frente da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha, o Festivale tornou-se o maior evento cultural da região e uma referência para os artistas de todo o Estado.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sempre atenta às questões e manifestações culturais do povo mineiro, tem grande satisfação em participar das comemorações dos 30 anos do Festivale, desejando que ele se fortaleça cada vez mais, promovendo os valores, as tradições e a riqueza humana do Vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 6, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/11/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; discurso do Deputado Padre João; votação do requerimento; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009; requerimento do Deputado Mauri Torres; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009; requerimento do Deputado Mauri Torres; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.684/2008; apresentação da Emenda nº 1 e do Substitutivo nº 1; Acórdão de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 7 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 3.115/2009 e 2.684/2008 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Serei rápido e conto com a compreensão dos Srs. Deputados. Solicitamos o adiamento da votação, pois a Oposição continuará obstruindo os projetos do Governador. Enquanto não for resolvida a questão dos Agentes Penitenciários e do empréstimo, esse é o entendimento da Oposição, que se reuniu às 19 horas. A única forma de apreciar alguma matéria é adiando a votação dos projetos do Governador. O Bloco PT-PMDB-PCdoB espera que o governo avance no entendimento com os representantes dos Agentes Penitenciários, quer os contratados, quer os efetivos. Não votaremos os projetos do Governador, mas votaremos os de alguns Deputados. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009, que reorganiza o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit. Vem à Mesa requerimento do Deputado Mauri Torres solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.553/2009. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007, que fixa o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - até o ano de 2010. Vem à Mesa requerimento do Deputado Mauri Torres solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.595/2009. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que dispõe sobre a isenção de ICMS na importação de máquinas, equipamentos, partes e acessórios destinados a empresa de radiodifusão e dá outras providências. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.684/2008

Acrescente-se ao art. 1º o parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

Parágrafo único - O benefício a que se refere o "caput" deste artigo estende-se às operações de importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios produzidos com tecnologia analógica."

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira

Justificação: O sistema de transmissão de TV digital no Brasil deverá ser implantado no prazo de dez anos. O sistema do rádio digital ainda não foi implantado e deverá ser implantado da mesma forma. Por isso é necessário estender o benefício aos equipamentos e às peças de tecnologia analógica, que estarão em pleno uso por esse período de transição, quando será obrigatória a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica. Assim é necessário que o benefício se estenda às peças de reposição e à troca de equipamentos, para que as emissoras possam cumprir as exigências da legislação federal.

Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.684/2008

Altera as Leis nºs 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e 17.957, de 30 de dezembro de 2008, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º - (...)

XV - a prestação de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

(...)

Art. 13 - (...)

§ 4º - Na falta do valor a que se referem os incisos IV e IX, ressalvado o disposto nos §§ 8º e 30, a base de cálculo do imposto é:

(...)

§ 30 - Na hipótese de saída de mercadoria de estabelecimento industrial com destino a centro de distribuição de mesma titularidade, a base de cálculo do imposto poderá ser definida em regime especial, observado o disposto em regulamento, não podendo, em nenhuma hipótese, ser inferior ao custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão de obra e acondicionamento.

(...)

Art. 32-A - (...)

I - ao estabelecimento industrial fabricante, de até 100% (cem por cento) do valor equivalente ao imposto devido na operação de saída de produtos relacionados na Parte 5 do Anexo XII do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, destinados a estabelecimento de contribuinte do imposto, clínica, hospital, profissional médico ou a órgão da administração pública, suas fundações e autarquias;

II - ao estabelecimento industrial, nas saídas destinadas a estabelecimento de contribuinte do imposto, clínica, hospital, profissional médico ou a órgão da administração pública, suas fundações e autarquias, dos produtos recebidos com o diferimento de que trata o item 48 da Parte 1 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, sem que tenham sido submetidos a qualquer processo de industrialização, exceto o acondicionamento, de forma que a carga tributária resulte em, no mínimo, 3,5% (três vírgula cinco por cento);

(...)

VII - ao estabelecimento industrial, vedado o aproveitamento de outros créditos relacionados com a operação, exceto o crédito relativo à aquisição de bem destinado ao ativo permanente, de valor equivalente a, no máximo, 70% (setenta por cento), aplicados sobre o valor do imposto debitado:

a) na saída de polpas, concentrados, doces, conservas e geleias de frutas ou polpa e extrato de tomate;

b) na saída de sucos, néctares, bebidas não gaseificadas preparadas a partir de concentrados de frutas, suco ou molho de tomate, inclusive "ketchup";

(...)

XI - ao estabelecimento industrial fabricante, nas saídas de locomotivas com potência superior a 3.000 (três mil) HP, classificadas no código 8602.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM -, produzidas no Estado e destinadas à prestação de serviço de transporte ferroviário, de valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido ao Estado.

(...)

Art. 32-G - Fica o Poder Executivo, observados os prazos, a forma e as condições previstas em regulamento, autorizado a conceder crédito presumido do ICMS ao estabelecimento que promover saídas de mercadorias não sujeitas a substituição tributária, com exclusividade, para destinatários que pertençam a segmento econômico preponderantemente prestador de serviço listado em lei complementar alcançado por tributação municipal, de forma que a carga tributária resulte em, no mínimo, 3% (três por cento).

(...)

Art. 145 - (...)

Parágrafo único - O regulamento estabelecerá as hipóteses em que se fará a restituição de indébito tributário a pessoa que seja, ao mesmo tempo, devedora de crédito tributário à Fazenda Pública estadual, após a compensação, de ofício, com o valor do respectivo débito, restituindo-se o saldo, se houver.

(...)

Art. 176 - (...)

§ 1º - (...)

II - a decisão relativa ao cancelamento ou redução de multa isolada pelo órgão julgador nos termos do § 3º do art. 53 desta lei.

(...).".

Art. 2º - A Lei nº 17.957, de 30 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A - A plena eficácia da compensação ou a transferência de créditos do ICMS realizadas até 31 de outubro de 2008 ficam também asseguradas ao produtor rural pessoa física não inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis e que tenha encerrado suas atividades antes do início da vigência do tratamento tributário diferenciado de que trata o § 1º do art. 17 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, com a redação dada por esta Lei.

Art. 2º-B - A remissão prevista no art. 2º, I, e no art. 2º-A abrange os créditos tributários relativos a qualquer redução no ICMS devido pelo produtor rural decorrente da compensação ou utilização de quaisquer montantes lançados como crédito do imposto, ocorridos até 31 de outubro de 2008.

Art. 3º - (...)

II - instalar e efetivar a operacionalização de centro de distribuição de seus produtos até 31 de dezembro de 2009.

(...)

Art. 3º-A - O disposto nos arts. 2º, 2º-A, 2º-B e 3º:

I - está condicionado à desistência de eventuais recursos, ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, e à desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo;

II - ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, quando devidos;

III - não autoriza a devolução, a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas."

Art. 3º - Ficam convalidadas, nos termos e condições previstos em regulamento, em relação às operações realizadas até 31 de outubro de 2009:

I - nas operações de venda de mercadorias utilizado o sistema de marketing direto, promovidas por contribuinte signatário de protocolo firmado com o Estado, a utilização do percentual de margem de valor agregado previsto no protocolo, na retenção e recolhimento do ICMS devido por substituição tributária;

II - a aplicação do tratamento tributário de que tratam os incisos I e II do art. 32-A da Lei nº 6.763, de 1975, nas saídas promovidas pelos estabelecimentos industriais de que tratam os referidos incisos para os destinatários neles incluídos com a redação dada pelo art. 1º desta lei; e

III - a aplicação do tratamento tributário de que trata o inciso II do art. 32-A da Lei nº 6.763, de 1975, nas saídas de produtos de informática, telecomunicações, eletrônicos e eletroeletrônicos, recebidos com diferimento do imposto e não enquadrados no item 48 da Parte 1 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 2002, desde que o contribuinte seja signatário de protocolo firmado com o Estado e a aplicação do tratamento tributário esteja prevista no protocolo e tenha sido autorizada por regime especial.

Parágrafo único - O disposto neste artigo:

I - está condicionado à desistência de eventuais recursos, ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, e à desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo;

II - ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, quando devidos;

III - não autoriza a devolução, a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 4º - Fica suspensa a exigibilidade do ICMS diferido nos termos dos Regimes Especiais de Tributação concedidos a empresas prestadoras de serviço de transporte aéreo, quando da realização das prestações posteriores.

Art. 5º - Fica revogado o inciso I do § 1º do art. 219 da Lei nº 6.763, de 1975.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - a partir de 14 de fevereiro de 2004, relativamente ao inciso XV do art. 7º da Lei nº 6.763, de 1975, com a redação dada pelo art. 1º desta lei;

II - a partir de 1º de agosto de 2009, relativamente aos §§ 4º e 30 do art. 13 da Lei nº 6.763, de 1975, com a redação dada pelo art. 1º desta lei;

III - a partir de 1º de outubro de 2009, relativamente aos incisos I e II do art. 32-A da Lei nº 6.763, de 1975, com a redação dada pelo art. 1º desta lei.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2009.

Antônio Júlio

ACORDO DE LÍDERES

Os Deputados que este subscrevem, membros do Colégio de Líderes, deliberam apresentar, no 2º turno, o anexo substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.684/08, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que dispõe sobre a isenção de ICMS na importação de máquinas, equipamentos, partes e acessórios destinados a empresa de radiodifusão e dá outras providências.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2009.

Luiz Humberto Carneiro - Padre João - Carlos Pimenta - Dimas Fabiano - Jayro Lessa.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 3 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto uma emenda do Deputado Ivair Nogueira, que recebeu o nº 1, e um substitutivo do Deputado Antônio Júlio, que recebeu o nº 1 e que, por conter matéria nova, vem apoiado pela maioria dos membros do Colégio de Líderes. Informa, ainda, que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, o substitutivo e a emenda serão submetidos a votação independentemente de parecer.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009 e dos Projetos de Lei nºs 3.521 e 3.826/2009, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 4, às 9 horas, e para a extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

Ata da 4ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 26/8/2009

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.520/2009, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.520/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Arlen Santiago - Fábio Avelar - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

Ata da 27ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/10/2009

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhada a Secretaria de Estado de Educação cópia da correspondência recebida da Sra. Shirley Amadeus, por meio da qual solicita melhorias na Escola Estadual Deputado Geraldo Landi, localizada no Município de Teófilo Ottoni. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Duarte Bechir.

Ata da 17ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/11/2009

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. José Walter Pereira, de São João del-Rei, publicado em 22/10/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009 (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.804 e 4.809/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Padre João - Ivair Nogueira.

Ata da 27ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/11/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Padre João e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o impacto, na vida dos servidores públicos estaduais, da mudança dos órgãos da administração pública estadual para a Cidade Administrativa, sobretudo no que diz respeito a transporte, alimentação, saúde e educação. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Mário Marques, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; Ricardo Lopes Martins, Coordenador do Projeto de Implantação da Cidade Administrativa, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Renato Almeida de Barros, Diretor da Coordenação Intersindical dos Servidores e Diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Padre João, Délio Malheiros e Ivair Nogueira em que solicitam seja feita visita com representantes dos servidores públicos às obras da Cidade Administrativa, com o objetivo de conhecer e avaliar as futuras instalações da futura sede do governo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

Ata da 18ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 10 horas, comparece na Câmara Municipal de Além Paraíba o Deputado Délio Malheiros, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas à implantação da hidrelétrica de Simplicio, no Rio Paraíba do Sul, em especial o aumento da arrecadação tributária dos Municípios afetados pelo empreendimento e seus reflexos sobre a qualidade dos serviços públicos essenciais na região. O Presidente convida a tomar assento à Mesa os Srs. José Glauber Nogueira da Cunha, representando o Sr. Carlos Nadalutti Filho, Presidente de Furnas Centrais Elétricas; Fabrício dos Santos Baião, Chefe de Gabinete, representando o Sr. Anderson Bárcia Zanon, Prefeito Municipal de Sapucaia (RJ); Wolney Freitas, Prefeito Municipal de Além Paraíba; Oberdan Moreira Rocha, Vice-Prefeito de Além Paraíba; João de Deus Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba; Izaeth Ramos dos Santos, Vereadora, representando o Sr. Itiberê Rodrigues dos Santos, Prefeito Municipal de Chiador; Wânia Beatriz de Moraes Freitas, Secretária Municipal de Administração de Além Paraíba; Amaury de Sá Ferreira, Vice-Prefeito de Santo Antônio do Aventureiro; Jorge Gambal, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Sapucaia; Dalmo Machado, 1º Secretário da Câmara Municipal de Além Paraíba; Gelson Luiz de Moura e Neidson Barros Gonçalves, Vereadores da Câmara Municipal de Além Paraíba. O Presidente, autor do requerimento, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada - Domingos Sávio - Neider Moreira - Ivair Nogueira - Padre João.

Ata da 30ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscravam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofícios da Sra. Rosani A. Araújo,

Coordenadora de Logística e Execução da Divisão de Convênios do Ministério de Ciência e Tecnologia (2), publicado no "Diário do Legislativo", em 30/10/2009; e a seguir, comunica que estão abertos os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.863/2009 até o dia 4/11/2009 e 3.898 e 3.900/2009 até o dia 18/11/2009, e que foram prorrogados até o dia 27/11/2009, os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.506/2009 (Deputado Inácio Franco) e 3.741/2009 (Deputado Jayro Lessa); e Projeto de Lei Complementar nº 53/2009 (Deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.826, 3.481, 3.882 e 3.864/2009 são retirados da pauta por determinação do Presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. O Presidente determina a distribuição em avulsos do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação da Mensagem nº 350/2009 com a apresentação de projeto de resolução. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Antônio Júlio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.741/2009 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição); 3.865/2009 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão) e 3.899/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Registra-se a presença do Deputado Inácio Franco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pedido de providências para que seja estudada a viabilidade de instalação de uma vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Comarca de Pouso Alegre. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 5/11/2009, às 10 horas, para apreciação dos pareceres sobre a Mensagem nº 350/2009, os Projetos de Lei nºs 3.826, 3.481, 3.864, 3.882/2009 e o Projeto de Lei Complementar nº 53/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Fábio Avelar - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

Ata da 17ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 17h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Delvito Alves, Ronaldo Magalhães e Carlin Moura (substituindo o Deputado Padre João, por indicação da Liderança do Bloco PMDB - PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente faz retirar da pauta a Mensagem nº 420/2009 e os Projetos de Lei nºs 3.653, 3.857 e 3.864/2009, por já terem sido apreciados em reunião anterior. Solicitam a distribuição de avulso, nos termos do § 3º do art. 136 do Regimento Interno, o relator, Deputado Chico Uejo, do parecer ao Projeto de Lei nº 3.876/2009, no 1º turno, que conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade na forma do Substitutivo nº 1; e o relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dos pareceres que concluem pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.882/2009, com a Emenda nº 1 e 3.854/2009 na forma do Substitutivo nº 1 e do Projeto de Lei Complementar nº 55/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 5/11/2009, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Chico Uejo - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, 10/11/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009, que reorganiza o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE - com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos postos de gasolina de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.481/2009, do Governador do Estado, que altera leis que criam fundos estaduais, promovendo a sua adequação aos dispositivos constantes da Lei Complementar nº 91, de 19/1/2006, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pelo desmembramento de parte da proposição original e sua apresentação na forma de cinco projetos de lei. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.865/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, situado no Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 10/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.885/2009, do Deputado Fahim Sawan.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 56/2009, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 3.253/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.681/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.761 e 3.850/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; e 3.875, 3.880 e 3.959/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.103/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.379/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.604/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.629/2009, do Deputado Hely Tarquínio; 3.867/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.868/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.869/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.879/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.893/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.894/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.896 e 3.897/2009, do Deputado Mauri Torres; e 3.960/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.592/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimento nº 4.860/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 55/2009, do Governador do Estado, e Projetos de Lei nºs 3.439, 3.864 e 3.959/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 33ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 10/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 424/2009, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Genaro, Braulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Eros Biondini, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, Jayro Lessa, João Leite, Juninho Araújo, Paulo Guedes, Ronaldo Magalhães, Ruy Muniz, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio, Vanderlei Jangrossi, Walter Tosta, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno -, para a reunião a ser realizada em 10/11/2009, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.863/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/11/2009, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.882 e 3.876/2009, do Governador do Estado, 3.321/2009, da Deputada Maria Tereza Lara, 3.506/2009, do Deputado Leonardo Moreira, e 3.854/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Walter Tosta, Elmiro Nascimento e Ivair Nogueira, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 10/11/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a Proposta de Emenda Constitucional Federal nº 231/95, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2009.

Rosângela Reis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/11/2009, às 19h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.882 e 3.876/2009, do Governador do Estado, 3.321/2009, da Deputada Maria Tereza Lara, 3.506/2009, do Deputado Leonardo Moreira, e 3.854 e 3.864/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 12/11/2009, às 9h30min, no Teatro Municipal de São Sebastião do Paraíso, com a finalidade de discutir, em reunião de audiência pública, com a presença de convidados, os impactos ambientais causados pela

poluição do Córrego Liso no Município de São Sebastião de Paraíso e suas consequências para a saúde da população local, e discutir e votar proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/11/2009

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos ao Sr. Presidente, Deputado José Henrique; a todos os Deputados e Deputadas desta Casa; e a todos os que nos acompanham pela TV Assembleia.

Gostaria de registrar um fato extremamente importante para a política mineira e do nosso país. Em 29/10/2009, na PUC Minas, D. Walmor de Oliveira Azevedo, nosso Arcebispo Metropolitano, D. Joaquim Mol, Bispo Auxiliar, Pe. Ademir, do Vicariato Episcopal para Ação Social e Política, Pe. Vitória Jesuíta, os Deputados André Quintão, Carlos Gomes e esta Deputada e inúmeras autoridades estivemos presentes para o lançamento do projeto Com Fé na Política.

Qual é o grande desafio e o objetivo desse projeto? É exatamente fazer acontecer a Política, com "p" maiúsculo, a verdadeira política, que é a ciência do bem comum. Já dizia Paulo VI que a política é a maneira privilegiada de fazer caridade, que muda as estruturas e transforma a sociedade. Já dizia também Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, que a política é o amor dos amores. Parece grande a contradição desse pensamento com o que vivemos hoje, porque, muitas vezes, o que aparece é a politicagem, não a verdadeira política. Sabemos que também a verdadeira política está sendo praticada, mas, muitas vezes, a ênfase, até na grande mídia, é só na politicagem. Por isso é muito oportuno que o nosso Arcebispo lance esse grande desafio, esse projeto.

D. Walmor, nessa ocasião, dizia: "O Com fé na Política, resposta concreta às demandas exigentes do compromisso profético da igreja, é esforço articulado do Vicariato Episcopal para Ação Social e Política, instância articuladora de toda a política social da instituição a serviço da vida. Junto está o Núcleo de Estudos Sociopolíticos, dedicado ao estudo, à pesquisa e aos debates, mantido no coração da academia, a PUC Minas; e também o Conselho Arquidiocesano Pró-Vida, que tem a missão de refletir e discutir sobre a defesa e a promoção da vida". Dizia também D. Walmor: "O crédito em relação à política precisa ser recuperado com contribuições coerentes". Esse é o grande desafio porque quanto maior for o descrédito em relação à política pior será a situação, pois as pessoas que podem realmente se comprometer com ética se afastam da política. Aqui está o Deputado André Quintão, que esteve também no lançamento desse projeto. Inúmeros outros Deputados lá estavam, representados por sua assessoria. Estavam lá pessoalmente os Deputados André Quintão, Carlos Gomes e eu. Esse é o grande desafio, inclusive nesta Casa. Esse lançamento não é só para os católicos, mas para todas as pessoas, homens e mulheres, que têm compromisso com a verdade, com a transparência, com a coerência, com a honestidade na política. Também disse D. Walmor, nessa ocasião: "Os objetivos são o de possibilitar interação maior entre os agentes do mundo político e os da evangelização, discutindo políticas públicas, oferecendo encontros e eventos formativos, garantindo a vivência da espiritualidade". Isso é para que haja acompanhamento de todos os políticos do Executivo e do Legislativo da Região Metropolitana. Há a proposta de toda uma programação para 2010, quando, na PUC Minas, haverá conferências e seminários sobre ética, economia, compromisso social, espiritualidade, formação na política e sobre o momento que estaremos vivendo, de eleições no Estado e no País e de discussão efetiva do compromisso ético de todos nós em relação à verdadeira política.

Menciono novamente a grande importância do resgate da verdadeira política. Política é instrumento de transformação social, de construção de sociedade justa, fraterna e igualitária. O reino de Deus neste mundo é aquele no qual todos tenham vida, e vida em abundância. Mas isso não vem como milagre do céu; vem como construção nossa, dos que aqui estão. A política é verdadeiramente esse instrumento, tanto de católicos e de evangélicos quanto de fiéis de qualquer outra crença. Temos de somar esforços.

Vemos aqui os Deputados André Quintão e Carlin Moura, do nosso Bloco; o Deputado João Leite, Presidente da nossa Comissão; o Deputado Doutor Ronaldo e toda a Mesa aqui presente. Realmente temos de nos unir, pois esse é um chamado da nossa Igreja Católica, da Arquidiocese de Belo Horizonte. Por isso fazemos essa convocação para conhecermos de perto esse projeto e somarmos forças para que ele aconteça. Aliás, já existe uma convocação para essa agenda positiva até mesmo da nossa Arquidiocese. Trata-se de um projeto que busca a interação entre a Arquidiocese de Belo Horizonte e os Poderes Executivo e Legislativo mineiros, com o intuito de criar fóruns permanentes de formação e discussão para o acompanhamento dos políticos eleitos nos 28 Municípios que compõem a referida Arquidiocese. Esse é um dos objetivos.

Recordo-me de quando estive em Brasília no Encontro Nacional de Senadoras, Deputadas Federais e Estaduais. Na ocasião, uma das parlamentares disse: "Realmente temos de acompanhar e conhecer o currículo dos candidatos. Temos de eleger pessoas comprometidas com a ética, mas só isso não é suficiente". É preciso haver um acompanhamento e um controle social, porque uma pessoa, isoladamente, não consegue ser fiel no poder. Há muitas tentações. A população que nos eleger, sobretudo a cristã, tem de conhecer e acompanhar de perto não só os candidatos e as candidatas, mas também os mandatos deles, sugerindo, questionando e exigindo transparência nas ações. Foi muito discutida nesse projeto a necessidade de radicalizarmos essa transparência, ou seja, nada deve ser feito sem que seja divulgado. Também há necessidade de haver coerência, isto é, devemos falar o que de fato vivemos e procuramos viver. Além disso, no caso de ser um projeto da Igreja Católica, da nossa Arquidiocese, temos de admitir a questão da espiritualidade não só dos católicos, mas de todos os seres humanos abertos à transcendência, porque realmente é muito importante a experiência de vivermos e de nos relacionarmos com um transcendente, a fim de termos forças para sermos coerentes diariamente.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Parabenizo a ilustre Deputada Maria Tereza Lara pelo seu pronunciamento, referente a esse importante movimento, de forma muito especial a CNBB, representando nossa Igreja Católica, que, no lançamento do movimento Com Fé na Política, tem à frente o Bispo Dom Walmor. Esse movimento reforça a importância da Política - com "p" maiúsculo - na vida de todos os cristãos, independentemente do credo religioso, pois o mais importante é a participação. Esse lançamento ocorreu na semana passada na PUC e abre uma nova jornada para os grupos de Fé e Política espalhados por toda a nossa Arquidiocese e por todas as Minas Gerais. É importante trazermos para o seio da discussão sobre fé e política questões essenciais como a ética, a transparência e a importância de colocarmos em prática os três verbos: ver, julgar e agir. Dessa forma, contribuiremos para o aprimoramento da democracia brasileira, pois o avanço passa pelo fortalecimento da democracia, e fortalecê-la é ter fé na política.

Portanto, parabenizo V. Exa. por também ter participado desse lançamento, junto a Dom Walmor e a todas as comunidades de fé e política de Minas Gerais. Sem dúvida, temos muita esperança no Brasil, e nossa esperança é cada dia maior. Afinal, uma política bem feita traz resultados. Basta olharmos os últimos anos e verificaremos um grande aumento das conferências populares, da participação do povo na política, enfim, da participação popular em geral. Essa é a melhor forma de melhorar nossa política: fazendo política e participando dela.

Mais uma vez parabenizo V. Exa. e, de forma muito especial, a CNBB e Dom Walmor por essa importante iniciativa da nossa Igreja Católica.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada, Deputado Carlin Moura. Um dos objetivos do projeto é fortalecer os grupos de fé e política. A fé está intrinsecamente ligada à política em relação à construção dessa sociedade com que tanto sonhamos: justa, fraterna e igualitária. Pensar em fé e política significa justamente colocar o dedo nas feridas e nos conflitos, nos momentos de dificuldades que vivemos, no dia a dia, tanto em relação aos aspectos positivos quanto aos negativos, aos problemas. É no momento de conflito que a nossa fé e o nosso compromisso são testados.

Sou Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, e temos a questão da prevenção exposta na Conferência Nacional de Segurança Pública, sobre a qual quero prestar algumas informações. Em Minas há uma situação, pela ótica da fé e da política, que interpela todos. Trata-se da questão dos Agentes Penitenciários. Esse é o grande desafio que vivemos. É preciso que esta Casa contribua e participe, como o Bloco PT-PCdoB-PMDB tem feito. A Comissão de Segurança Pública tem também procurado fazer interlocução. As dificuldades que temos têm de ser superadas. Temos de ouvir os excluídos, os que não têm seus direitos garantidos. Então, quero publicamente fazer o que temos feito na Comissão e em outras oportunidades, ou seja, um apelo ao governo de Minas para que abra o diálogo para haver solução, pois os nossos detentos fazem parte dos excluídos em Minas Gerais, onde a situação é gravíssima, como também o é no País. Temos de ter profissionais de segurança com direitos garantidos para que ajudem na ressocialização desses Agentes. Temos de colocar o dedo na ferida desta situação. No posto ou na função em que se encontra, cada um tem de contribuir para resolvermos isso.

Estão ocorrendo também situações interessantes relacionadas com a prevenção. Recentemente participamos de dois eventos: um, da Polícia Militar em parceria com duas escolas estaduais em Itaguara. O Ten. Filho, Chefe da Polícia Militar, o Cabo Demerlei e as Escolas Estaduais Coronel Frazão e Padre Gregório, com 350 jovens, participaram do lançamento do projeto Jovem Construindo Cidadania, que visa a acompanhar e apoiar esses jovens, para que não sigam o caminho da violência. Esse é também um compromisso do projeto Com Fé na Política para cada um de nós. O evento foi realizado em 30 de outubro, em Itaguara, e contou com a presença de Diego, o Prefeito mais jovem do País, e 350 jovens. Assim, gostaria de parabenizar essas escolas.

O outro evento foi o Encontro Regional de Escoteiros, no Parque de Exposição de Betim, em 31 de outubro, que contou com a participação de mais de 400 escoteiros. Agora, mais do que nunca, o movimento de escoteiros, o escotismo, é muito oportuno, pois leva os jovens a ter um projeto de vida. Recentemente ouvi pela televisão o que o nosso Vice-Presidente, José Alencar, ao sair do hospital, na luta árdua contra o câncer, com a fisionomia tranquila, disse: "Aprendi a ter coragem e a superar as dificuldades, porque fui escoteiro".

Quero deixar registradas nesta Casa essas ações positivas. Quantas vezes a grande mídia só registra os fatos negativos! Temos de registrar todas as dificuldades, os problemas, e defender, o que é também um compromisso desse projeto, sobretudo os excluídos, os que sofrem mais, aqueles que, muitas vezes, não têm o amparo da lei nem das autoridades. Temos de apontar e valorizar todos os que têm contribuído para que a nossa sociedade seja cada vez mais humana e boa para se viver.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente Deputado Gustavo Valadares, Srs. Deputados, Deputada Maria Tereza Lara, mineiros que nos acompanham, telespectadores da TV Assembleia, dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde. Antes de falar sobre eles, gostaria de saudar todos os representantes do comércio varejista que aqui estão acompanhando esta reunião. Todos participarão da instalação da frente parlamentar nesta Casa. Sejam bem-vindos.

O primeiro assunto foi provocado por muitas pessoas de Belo Horizonte, apoiadas permanentemente por este Deputado na Assembleia Legislativa. Não poderia, pois, deixar de responder a tantos belo-horizontinos que têm nos cobrado manifestação em relação à possibilidade do aumento do IPTU em Belo Horizonte. Espero que isso não ocorra. Gostaria de lembrar a todos aqueles que têm nos cobrado, nas ruas e por onde tenho passado, que não apoiem o Prefeito Márcio Lacerda. Tive oportunidade de dizer isso ao candidato na época das eleições, pois não queria apoiar a possibilidade da continuidade do governo Pimentel, que teve mão pesada para os contribuintes da cidade. Ele majorou o IPTU várias vezes. A possibilidade de continuidade do pensamento desse governo impediu-me de apoiar Márcio Lacerda. Acompanhei o início do governo atual, até porque o belo-horizontino foi o financiador da máquina do governo Pimentel, que tinha 63 Secretários, enfim, uma máquina inchada, com tamanho impressionante, paga pelo povo. Aguardávamos mudança radical.

Fiquei satisfeito com alguns fatos ocorridos no início do governo Márcio Lacerda, como o programa importante desenvolvido com as crianças nas nossas vilas, nos campos de futebol amador, com os ex-jogadores de futebol. O Secretário Fernando Blaser, com a ajuda do Vice-Prefeito Roberto Carvalho, deu continuidade a esse programa. Também vimos projetos na área da saúde. Aliás, teremos hoje o lançamento do Hospital Metropolitano, no Barreiro.

O dinheiro recolhido dos belo-horizontinos pelo governo anterior era para pagar aquela folha pesada, para pagar aqueles 63 Secretários que o Prefeito Pimentel tinha. Portanto, quero colocar claramente para todos de Belo Horizonte: sou totalmente contra o aumento do IPTU em Belo Horizonte. O argumento da Prefeitura é o de que os imóveis se valorizaram. Tudo bem, mas ninguém está vendendo seus imóveis, as pessoas estão morando neles. Se fosse um imposto cobrado no momento em que a pessoa estivesse vendendo seu imóvel, seria até justo; mas cobrar de alguém que mora no seu imóvel acarreta dificuldade. Para um aposentado, por exemplo, que tem salário que não sofreu reajuste, pagar um aumento de 160% no IPTU é inaceitável. Quero deixar aqui meu posicionamento contrário a esse aumento de IPTU, como nos posicionamos contrariamente quando o Sr. Fernando Pimentel tentou aumentar o IPTU da Capital. Queria dizer isso claramente para tantos que têm-me perguntado qual é minha posição. Minha posição é contra o aumento do IPTU.

Espero que a Câmara Municipal de Belo Horizonte, os Vereadores derrotem essa proposta do Prefeito de Belo Horizonte. É a mesma proposta apresentada pelo Sr. Fernando Pimentel. Espero que os Vereadores de Belo Horizonte fiquem com a população e não com o Prefeito e os gastos da Prefeitura. A população não é responsável pelo rombo que ficou na Prefeitura. Quem causou esse dano que o pague, e não o contribuinte.

Outra questão que gostaria de tratar desta tribuna é que, lamentavelmente, após mais um feriado prolongado, temos recordes nas estradas. O governo Lula colhe os recordes de mortes e acidentes nas nossas estradas com a falta de investimentos. Levantamento recente feito pela Confederação Nacional de Transportes traz alguns dados que nos impressionam. Temos acompanhado o problema através das reuniões da Comissão de Segurança Pública nas Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps -, e um dado tem chamado a nossa atenção: a ausência de policiais rodoviários federais nas regiões de Minas Gerais. No Norte de Minas temos 31 policiais rodoviários federais para cuidar de quatro rodovias federais. No Sul de Minas temos 33 policiais rodoviários federais para cuidar de quase 400km de rodovia. Aí estão os números do final de semana prolongado, números estarrecedores de mortes nas estradas.

O retrato das nossas estradas é o seguinte: 73,7% das estradas federais de Minas Gerais estão em mau estado de conservação. Deputada Rosângela Reis, tão preocupada com a situação da BR-381 Norte, o interessante é que o DNIT, hoje, explicando a situação das estradas, diz que esses números estão atrasados. O DNIT começou agora a manutenção em 2.000km de estradas. Temos 14.000km. Atrasado está o DNIT, e ainda começa na época das chuvas. Como fazer obras de manutenção em época de chuvas? Como serão essas obras do DNIT? Temos aqui os números: pista dupla com canteiro central em Minas Gerais, 721km; pista simples, 12.724km. Vejam que 91,7% das estradas federais em Minas Gerais são de pistas simples, como a BR-381 Norte. Nela o carro passa a centímetros de um caminho carregado. Corre-se risco o tempo todo nas nossas estradas. Se pensarmos que a BR-040, de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, foi duplicada com recursos do pedágio - o que utiliza a estrada paga o pedágio - e, com esse pagamento, a empresa faz a duplicação; se pensarmos que a BR-381 Sul, a Fernão Dias, em direção a São Paulo, foi duplicada, no início, com o governo Itamar Franco, depois completada no governo Fernando Henrique Cardoso, veremos que o

governo Lula realizou zero quilômetro de duplicação em Minas Gerais. O Deputado Inácio Franco olha para mim pensando na BR-262. Acontecerá. Esperamos que até o fim do governo Lula ele faça 1km de duplicação em Minas Gerais. Pode ser na BR-262, de Juatuba até Nova Serrana, mas até agora não aconteceu essa duplicação. Está aqui a situação das nossas estradas, a situação deplorável das estradas federais em Minas Gerais.

Outro dia ouvia atentamente, acompanhava um daqueles discursos de Sua Excelência, com todo o respeito que todo brasileiro deve ter ao Presidente da República. O Presidente Lula dizia, no seu discurso no Rio de Janeiro, que havia dado ordens ao Ministro Tarso Genro de dar tratamento especial ao Rio de Janeiro. "O Rio, Ministro Tarso Genro" - dizia o Presidente Lula -, "tem de ter um tratamento especial". Será que Minas Gerais, que votou maciçamente no Presidente Lula, esperava tratamento especial ao Rio de Janeiro? Creio que esperava. Mas esperava tratamento especial também para Minas Gerais, para todas as regiões brasileiras. Não pode haver entre os brasileiros diferença de tratamento. Todos temos de ser tratados pelo governo da mesma maneira, especialmente brasileiros que têm as suas estradas nessa situação. Sabemos que todos nós temos por hábito passar férias no litoral, tendo de usar, nessas ocasiões, as estradas federais. Nesse caso, é um risco. Hoje muitos têm de pensar se vão pegar um carro e colocar sua família nas estradas. O risco é que, infelizmente, não terminem essa viagem. É lamentável ver como o governo federal tem tratado o Estado de Minas Gerais. Algo que nos trouxe muita esperança por parte do governo federal foi a construção do novo Viaduto Vila Rica, chamado Viaduto das Almas. Cresci em Belo Horizonte acompanhando os acidentes terríveis nesse viaduto, quedas de ônibus matando muitas pessoas. Esperávamos agora, com o avanço tecnológico, com o avanço da engenharia, que efetivamente tivéssemos uma obra que realmente substituísse esse viaduto, feito na época de Juscelino Kubitschek, na década de 50, que tivesse um traçado que trouxesse segurança para o usuário. Passando duas vezes pela região, tive oportunidade de ver a obra. Lamentavelmente, a obra, ao final, tem uma curva acentuada à direita. No fim da rampa, há um viaduto e, no final dele, há uma curva acentuada à direita. Gastaram tanto dinheiro para fazer o viaduto, demoram tanto tempo para fazê-lo e agora vão entregar uma obra com risco para o usuário da via. Já estou avisando àqueles que irão transitar no futuro no Viaduto da Almas, no Viaduto Vila Rica: cuidado com o viaduto, nos dois sentidos, porque aqueles caminhões de minério que vêm da região de Congonhas, de Ouro Branco, quando descerem, não conseguirão fazer a curva ao final da rampa, ao final do Viaduto das Almas. Terminando, Sr. Presidente, gostaria que a obra conseguisse assumir o nome de Viaduto Vila Rica, mas, pela obra que o DNIT realizou, o viaduto continuará sendo, infelizmente, das almas. Cabe aos motoristas cuidado absoluto ao passar por esse viaduto, porque a vida dos mineiros, a vida dos brasileiros que utilizam as estradas federais em Minas Gerais continua em risco. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, telespectadores, cidadãos e cidadãs que se encontram presentes na Assembleia Legislativa, no dia 29/6/2007 a Comissão de Direitos Humanos visitou a 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil do Município de Manhuaçu. Lá estivemos para conhecer as condições de encarceramento dos detentos desse estabelecimento. Não preciso dizer que o quadro é o conhecido em cadeias públicas. Aliás, esse problema tem diminuído nos últimos anos, mas se trata de um problema crônico: temos presos sob a guarda da Polícia Civil e a situação nas cadeias públicas é precária. Porém, o que chamou a atenção na visita da Comissão é que, além das tradicionais questões de superlotação, de situação insalubre, de homens e mulheres abrigados nas mesmas dependências, problemas de violência, tortura, maus-tratos e problemas específicos de saúde, destacou-se também o problema da alimentação.

Houve denúncia, feita pelos presos, de que uma empresa do Espírito Santo havia ganho o contrato de licitação. Estivemos lá acompanhados da OAB - aliás, a denúncia nos foi encaminhada por intermédio da OAB -, Seção Minas Gerais, pela Comissão de Direitos Humanos da OAB local. A referida empresa teria sido beneficiada na licitação. Daí a cumplicidade em relação à qualidade da comida: não estaria havendo variação no cardápio, que constantemente era dobradinha, moela e canjiquinha. Nós mesmos tivemos oportunidade de olhar uma marmita, e foi exatamente esse o conteúdo que encontramos. Disseram também que não são raros os problemas relacionados com comidas estragadas servidas naquela cadeia.

Todos nós sabemos que a Secretaria de Defesa Social estabelece um cardápio em que a alimentação vem determinada por orientação de nutricionistas. Pelo menos é isso o que está no papel, no planejamento da Secretaria.

Srs. Deputados, gostaria de dizer que a Comissão de Direitos Humanos, por meio da Mesa da Assembleia, formulou quatro solicitações à referida Secretaria: uma, a respeito da violência, especialmente de policiais que atuaram em São João do Manhuaçu; a outra, um caso específico de dois presos, Salustrano Silva Campos e Giliarde de Souza e Silva, que precisavam de atendimentos emergenciais de saúde porque corriam risco, até de morrerem. Houve uma solicitação também para que fosse liberada a verba da Apac, porque há muito Manhuaçu vem discutindo a criação dessa entidade. Houve essa liberação na época. O Secretário teve sensibilidade grande, e esses recursos foram liberados para construir uma unidade prisional do método Apac, o que já se iniciou, e aí vem o destaque: encaminhamos à Secretaria de Defesa Social requerimento para que fosse feita investigação a respeito da alimentação local, para garantir a apuração das denúncias. Quero aqui elogiar a Secretaria, que, mais que depressa, o encaminhou à Corregedoria de Polícia Civil, porque a denúncia envolvia policiais civis que estavam na guarda de presos. Um Corregedor - Delegado Dr. Elder Dângelo - muito sério atuou no caso, apurou com rigor e fez, como primeira medida, solicitar, em juízo, a escuta telefônica do empresário do Espírito Santo. E, pasmem os senhores, constatou-se um caso com o empresário: várias ligações de policiais civis solicitando propina a ele.

Explica-se assim a qualidade da comida e a não fiscalização da Polícia Civil. Há uma distorção enorme, e por isso defendemos a posição de quem tem de administrar o presídio é a Subsecretaria de Defesa Prisional, os Agentes Penitenciários, e não a polícia. Isso é norma geral da ONU: quem prende não deve guardar. Mas a maior surpresa foi esta, Sras. e Srs. Deputados: em uma dessas ligações, aparece, combinando com o empresário, a Delegada Cláudia Edna Calhau de Castro e Andrade, MASP 336.363-7, Delegada-Geral de Polícia. E quem é essa senhora? A Superintendente-Geral de Polícia Civil no Núcleo de Gestão Prisional e Polinter. Exatamente, Srs. Deputados, a Delegada Edna Calhau, a Superintendente que tem a responsabilidade de cuidar da alimentação dos presos, estava envolvida com a corrupção. E o mais grave: o Corregedor de Polícia, a quem dirigi meu elogio, Delegado Elder Dângelo, pediu a quebra do sigilo bancário das contas dos Agentes e da Delegada envolvida, e foram encontrados depósitos nas contas de alguns dos envolvidos na propina.

Não podendo haver outra medida, a Corregedoria da Polícia Civil indiciou a Delegada e os Agentes por corrupção, formação de quadrilha e fraude à Lei de Licitação nº 8.666.

Registro o que aconteceu em consequência de termos alertado as autoridades, até mesmo as da Polícia Civil. Elogio a atitude do Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, e do Dr. Marco Antônio Monteiro de Castro, chefe de polícia, que, no "Minas Gerais" de sábado, exonerou a Sra. Cláudia Edna Calhau de Castro e Andrade da Coordenação do Núcleo de Gestão Prisional e Polinter. A nosso ver, deveria ter sido decretada a prisão dela. Esperamos que, em juízo, a Justiça determine a prisão dessa senhora. Uma situação dessa é um absurdo! Quando policiais e Agentes Penitenciários lutam por melhores salários, dizem que não há dinheiro. Quando os presos reclamam da qualidade da comida, ocorre o mesmo. Aqui está a prova: o dinheiro vai para o ralo da corrupção.

A Delegada foi colocada à disposição da Superintendência-Geral da Polícia Civil. Entendemos que, no caso de se cumprir a lei, o Estatuto dos Policiais Cíveis, ela teria de ser afastada, como determina o art. 51. Houve a denúncia de formação de quadrilha e de corrupção, fatos que justificam o afastamento.

Srs. Deputados, quem é essa senhora, quem é essa Delegada Cláudia Edna Calhau de Castro? Quando este parlamentar, juntamente com os Deputados Padre João, Duarte Bechir e Domingos Sávio, estive em Oliveira, essa mesma Delegada, no dia 28/9/2009, promoveu um espetáculo de autoritarismo querendo impedir que a Comissão de Direitos Humanos registrasse denúncias de tortura na Delegacia da cidade.

Quero dizer a todos que nos chegou um "e-mail" de um Agente Penitenciário de uma cadeia, onde há seis Agentes. Ele disse que não tem

controle sobre o que acontece lá, porque a cadeia é dirigida pela Polícia Civil. Registro que os presos elogiaram os seis Agentes Penitenciários, assim como os três Agentes da Polícia. Só criticaram o Delegado, Dr. Isaias Confort, que segundo o que foi dito, permite que o tráfico de drogas aconteça dentro do estabelecimento, bem como um Agente da Polícia chamado Daniel e um falso Agente da Polícia que usa a roupa da Polícia Civil, dirige a viatura do Dr. Isaias Confort, usa distintivo e arma. Ele não é Agente da Polícia, mas segurança. Não entendemos os motivos pelos quais o Delegado precisa de tal assessoria.

Ouvimos dois policiais - e o fizemos em segredo, para não colocarmos em risco a segurança deles - que nos informaram que esse cidadão chamado Rodrigo era um falso policial. Ouvimos um Agente Penitenciário que saiu da unidade e outro que ainda está trabalhando lá. Todos eles reclamaram e afirmaram que o tráfico de drogas corre solto porque o comando é do Delegado. Estava lá a Dra. Edna Calhau defendendo esse Delegado e querendo impedir que a Comissão documentasse esses fatos ocorridos na cadeia de Oliveira.

É interessante que um Agente Penitenciário disse que se demitiu, porque não concordava com as irregularidades do tráfico de drogas que está sendo comandado de dentro da delegacia por esse policial de araque chamado Rodrigo Bate Pau, que dirige a viatura do Sr. Delegado, Dr. Isaias Confort. E lá estava a Edna Calhau. Só que há denúncia também de uma empresa paulista que fornece alimentação para as cadeias do Sul de Minas, a qual queremos que a Secretaria investigue; inclusive em Oliveira. Eu me pergunto se ela não estava lá defendendo os interesses da própria quadrilha de que faz parte - digo "quadrilha" porque ela foi indiciada por formação de quadrilha. A Assembleia Legislativa tomou posicionamento e está processando a Delegada e o policial. Pediu ainda a investigação em relação ao falso policial Dr. Rodrigo. Solicitarei agora à Assembleia que, de posse do inquérito no qual a Delegada é indiciada - com denúncia feita pelo Ministério Público de corrupção, de fraude na Lei de Licitações e de formação de quadrilha -, ela não seja colocada à disposição da Superintendência-Geral, órgão que vem fazendo um bom trabalho na polícia, mas seja afastada, conforme determina a lei.

Aqui deixo elogio ao Sr. Secretário Dr. Maurício Campos: em vez de afastar Agentes Penitenciários que estão lutando pelo direito constitucional por melhores salários, que afaste quem faz corrupção e coisas erradas dentro do sistema. Essa é a medida correta. Se essas medidas forem antecipadas, Sr. Secretário, tenho a certeza de que, corrigida e invertida a ordem nessas exonerações, o sistema prisional melhora. Nesta semana, voltarei à tribuna para fazer outra denúncia contra outra Delegada-Geral, porque hoje o tempo não é suficiente. V. Exas. podem ver que hoje são poucos os casos de denúncia na Polícia Civil, pois esta se torna um exemplo em nosso Estado. Sr. Secretário Maurício Campos, temos de nos antecipar, como houve antecipação aqui, de forma que o sistema comece melhorando pelo exemplo dos que o controlam e nele estão trabalhando. Parabéns por esta medida corretiva. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, trabalhadores que acompanham os trabalhos da Assembleia e telespectadores, gostaria de convidar todos os interessados para o importante debate que a Assembleia realizará, o qual se iniciará amanhã, dia 4, quarta-feira, e continuará nos dias 5 e 6/11/2009. Trata-se da sexta audiência pública de debate das prioridades do Estado, o chamado Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, com seus 57 projetos estruturadores. Esta será a revisão das prioridades do Estado para o último ano do atual governo Aécio. Desde 2003, a Assembleia Legislativa tem realizado, de maneira inédita, audiências públicas para discussão dos projetos prioritários. Ano a ano, introduziu o mecanismo da revisão anual participativa. É o momento de a sociedade organizada, os sindicatos, as associações, as lideranças e as autoridades locais realizarem avaliação e buscarem o aperfeiçoamento desse planejamento de médio prazo.

De lá para cá, nesses seis anos, já conseguimos aprovar 526 emendas populares, tanto ao Orçamento quanto ao Plano Plurianual, lembrando que, neste ano, cada Município irá discutir, na sua Câmara Municipal, as prioridades de 2010 a 2013. Esse trabalho da Assembleia, que resultou nessas 526 emendas, traduziu um imenso avanço em algumas áreas. Poderia destacar, por exemplo, a emenda popular que incluiu como um dos projetos estruturadores do Estado o Sistema Único da Assistência Social - Suas. Hoje, em Minas Gerais, por meio de recursos do governo Lula e do Estado, ampliados por meio de emendas populares, existe o chamado cofinanciamento para a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social, a porta de entrada para a política pública de assistência, mediante esse trabalho realizado pela Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira, com a participação do governo do Estado e, obviamente, do conjunto de Deputados e Deputadas desta Casa.

Hoje algumas emendas garantem políticas mais permanentes de combate ao trabalho infantil nos lixões, de extensão da alimentação escolar para o ensino médio noturno, de instalação e manutenção da campanha Proteja Nossas Crianças, de combate ao abuso e à exploração sexual. Também fazemos um trabalho de apoio aos fóruns regionais "Lixo e Cidadania", que buscam organizar os catadores de materiais recicláveis em associações e cooperativas para exercerem o trabalho de coleta seletiva em vários Municípios mineiros. Há ainda a realização de feiras regionais de economia solidária, garantidas por essas emendas populares. Aliás, paralelamente à realização da audiência de revisão do PPAG de Belo Horizonte, nos dias 4, 5 e 6/11/2009 haverá a realização, aqui, na Praça da Assembleia, da Feira Estadual de Economia Solidária, também com boa parte de recursos provenientes de emenda popular aprovada no Plenário desta Casa. Poderíamos aqui falar também dos recursos direcionados ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, que faz o controle de altura e peso de crianças em Minas Gerais, também garantidos com recursos provenientes de emendas populares. Poderíamos ainda destacar o acompanhamento social que hoje as assistentes sociais fazem nas famílias cujos jovens são atendidos pelo programa Poupança Jovem, em oito Municípios mineiros, uma ação nova de acompanhamento social nas escolas que garante a contratação de dezenas de assistentes sociais para fazer esse acompanhamento, com recursos originários de emendas populares.

Como disse, 526 emendas populares representam obviamente um número bastante efetivo de conquistas da sociedade civil, que neste ano, mais uma vez, responde positivamente às audiências. De 2003 até aqui, praticamente 5 mil lideranças de todo o Estado de Minas Gerais participaram desse processo. E, neste ano, mais uma vez, iniciamos as nossas audiências nas cidades de Iturama, de Itaobim, no Médio Jequitinhonha, de Montes Claros, de Poços de Caldas, no Sul de Minas, de Juiz de Fora, na Zona da Mata, e agora, nesta semana, acontecerá a audiência que cobre a região central. Nesses três dias, aqui, na Assembleia, serão apresentados os 57 projetos estruturadores do governo do Estado, inclusive um novo projeto, que é exatamente o de preparação do Estado para sediar a Copa do Mundo de 2014. Esse é um novo projeto estruturador. Nesses 57 projetos estão destinados R\$5.300.000.000,00, por isso é importante que esse debate seja feito de maneira aprofundada, programa por programa, com a possibilidade de aperfeiçoamento e apresentação de emendas populares. É isso o que faremos aqui, nesta semana, durante os três dias de audiências públicas.

Quero dizer que, nas audiências que já realizamos no interior do Estado - tive a oportunidade de participar de todas elas -, algumas propostas vêm ganhando uma força muito grande. Uma preocupação comum em todas as regiões é o necessário atendimento principalmente ao jovem usuário de drogas. Hoje há uma grande lacuna no tratamento, na recuperação desse jovem, que, infelizmente, muitas vezes ultrapassa a condição de usuário, ou seja, passa a participar diretamente do tráfico de drogas. Há um grande número de propostas que buscam ampliar o atendimento a esse jovem usuário, como há também uma grande demanda no Estado pela ampliação do programa Poupança Jovem. Esse programa atinge somente oito Municípios do Estado, ou seja, apenas 1% dos Municípios mineiros. Em todas as regiões há uma cobrança para que ele seja ampliado para o restante do Estado.

Há várias demandas para a implantação de Centros de Referência de Assistência Social, os chamados Cras. Em Minas Gerais, 332 Municípios não têm esses centros de referências. Há também muitas demandas relativas aos chamados "Links" Faltantes, que se referem a trechos ainda não asfaltados, mas que são pontos de ligação entre regiões e Municípios importantes - ainda que já estejam cobertos pelo asfalto, pelo Processo. São ligações cuja importância econômica pode dinamizar o desenvolvimento da região. Quanto a isso, várias propostas - quase uma centena - foram apresentadas nas audiências regionais, e praticamente 400 inscrições já foram realizadas para o evento desta semana.

Tenho o prazer de conceder aparte ao Deputado Duarte Bechir, nosso companheiro de Comissão, que também integra esse esforço da

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Deputado André Quintão, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho, embora não tenha tido a oportunidade de participar do último e de todos os anteriores. Nota-se o grande esforço, a movimentação da população mineira para ajudar a discutir o nosso Orçamento. Diante disso, quero dar aqui os meus parabéns ao nobre companheiro pelo brilhante trabalho.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., quero trazer ao conhecimento de Minas Gerais a notícia do falecimento, ocorrido ontem, do Sr. Blair da Costa Vieira, ex-Vice-Prefeito e provedor do Hospital São Vicente de Paula, na cidade de São Tiago, onde estive ontem, à noite, e pude acompanhar a tristeza dos familiares e de toda a população são-tiaguense. Além de provedor do hospital, o Sr. Blair foi dirigente esportivo e Vereador em 1967. Ele deixa para trás uma história rica de participação no desenvolvimento da nossa querida São Tiago. Quero também comunicar aos companheiros desta Casa e a toda Minas Gerais que, há alguns instantes, estávamos participando da nossa coletiva de lançamento da Frente de Apoio ao Comércio Varejista em nosso Estado. É uma frente que já nasce com muitas obrigações, mas, com certeza, com o horizonte de muitas conquistas para o setor, que é o principal fornecedor de emprego e renda no nosso Estado. Agradeço ao companheiro o aparte. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Duarte Bechir. Associo-me também às condolências à família do Sr. Blair. Também parabeno o Deputado Duarte Bechir pela importante frente parlamentar que será lançada hoje, nesta Casa. Quero continuar, Sr. Presidente, falando da importância da participação nesses três dias. As inscrições foram encerradas pela internet, mas não há nenhum impedimento para que o cidadão, entidade legalmente constituída e servidores participem do evento. Conseguimos que houvesse essa flexibilidade, e no dia do evento poderão ser feitas inscrições. Amanhã teremos uma explanação geral sobre as prioridades para o ano de 2010, o comportamento no Orçamento, as tendências macroeconômicas e um balanço do que já foi realizado. A partir do período da tarde, teremos grupos de trabalho, correspondentes às 13 áreas de resultado - redução da pobreza, saúde, educação, desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce, logística, desenvolvimento econômico, questão ambiental, enfim, repassaremos cada um dos 57 projetos estruturadores com seus respectivos gerentes. E o que é principal: a partir da apresentação de cada gestor, a possibilidade da sociedade de apresentar sua sugestão, que será analisada pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, em negociação com a base do governo, para que o maior número possível de sugestões populares sejam incorporadas ao Orçamento. Até hoje, 526 emendas populares foram incorporadas aos Orçamentos sucessivos. Esse processo mostra que Minas Gerais está amadurecida para, quem sabe, iniciativa mais ousada: o processo de formulação do planejamento, uma participação mais descentralizada, correspondente às várias regiões de Minas. Ai, sim, uma espécie de orçamento e planejamento regionais participativos em nosso Estado, envolvendo a Assembleia, movimentos sociais, governo, associações de Prefeitos e Vereadores, enfim, as organizações vivas da sociedade mineira. Reitero o convite para que nos dias 4, 5 e 6 possamos fazer um bom debate sobre as prioridades para o governo do Estado no ano de 2010. Deixo meus sinceros agradecimentos a toda a equipe técnica da Assembleia, à Mesa, ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, por todo apoio. Não seria possível deflagrar e continuar com tanto sucesso e êxito uma iniciativa que é exemplo para todo o Brasil sem o apoio institucional da Assembleia e o apoio dedicado dos seus servidores, do pessoal dos gabinetes e das comissões e dos demais Deputados desta Casa. Poderemos, nesses três dias, aperfeiçoar e melhorar o último ano, quem sabe com propostas mais ousadas e que contemplem a vida dos cidadãos das regiões mais distantes e do povo mais humilde do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento o Exmo. Presidente, Deputado José Henrique; as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados; os telespectadores da TV Assembleia; os Presidentes de CDLs, que vieram para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Comércio Varejista, que se realizará hoje, às 18 horas, no Salão Nobre desta Casa; o Deputado Duarte Bechir, pela importante iniciativa da constituição dessa Frente Parlamentar; e, de forma muito especial, os Agentes Penitenciários presentes neste Plenário. Reiteramos o posicionamento do Bloco PT-PMDB-PCdoB de fazermos apelo ao governo do Estado para que reabra as negociações com essa importante categoria. Foram quase 600 Agentes Penitenciários, sendo que alguns foram demitidos sumariamente e outros afastados de suas atividades de forma igualmente sumária, em desrespeito à legislação vigente, pois não se instalou o devido processo administrativo para apurar eventuais deslizos ou abusos por parte de algumas pessoas. Isso está sendo utilizado contra a categoria simplesmente porque ela vem defendendo seus legítimos direitos de melhoria nas condições de trabalho e salariais. Fazemos um apelo ao governo do Estado para que receba essa categoria e negocie com ela ainda hoje. Por minha iniciativa e do Deputado Weliton Prado, aprovamos a realização de uma audiência pública no dia 11, próxima quarta-feira, na Comissão de Direitos Humanos, e esperamos que o governo tenha a sensibilidade de sentar e negociar com os Agentes Penitenciários. Torcemos para que Minas Gerais saia na mídia nacional com boas notícias como essa: negociação com os trabalhadores, com os Agentes Penitenciários, e não com notícias tão ruins como, por exemplo, a do "blog" do Juca Kfourri, cuja informação nele contida acredito não ser verdadeira. Aliás, quem não viu ainda pode acessar o "blog" do Juca Kfourri, que traz más notícias sobre o comportamento do Governador do Estado, caso seja verdade. Portanto, espero que o nosso Governador Aécio Neves dê bons exemplos e convoque a categoria, os Agentes Penitenciários, os seus sindicatos, e possamos encontrar uma solução negociada para essa importante categoria.

Sr. Presidente, prestei muita atenção no importante pronunciamento do ilustre Deputado João Leite sobre o estudo promovido pela Confederação Nacional dos Transportes - CNT -, tão bem presidida pelo mineiro Clésio Andrade. O Deputado João Leite trouxe a esta tribuna informações sobre esse estudo, o qual também fiz. Por esta razão, fiquei um pouco preocupado com a forma como ele abordou esse estudo, o que me levou a algumas reflexões. Primeiro, pela forma como o Deputado João Leite tratou o assunto, parece-me que ele não teve o cuidado de ler o conteúdo global do estudo, porque as informações dele parecem um pouco distorcidas, ou então está utilizando desse estudo para, quem sabe, fazer aquela velha politicagem que é fruto do desencontro que ele tem das ideias do Presidente Lula. Tive o cuidado, Sr. Presidente, de fazer um levantamento desse importante estudo sobre as estradas de Minas Gerais. A CNT, ao promover esse estudo, sem dúvida alguma trouxe uma importante contribuição. Após um final de semana prolongado nas estradas de Minas Gerais, discutir esse estudo é muito importante. É relevante salientar que o estudo foi realizado sobre as estradas de Minas em todo o seu conjunto. Foram pesquisadas as rodovias estaduais de Minas Gerais e as federais que cortam este Estado. Também é importante salientar que o estudo se ateve às rodovias pavimentadas. Há várias estradas de Minas que ainda não possuem pavimento, que estão na terra batida, e, nesse período de chuvas, não deve haver tráfego algum, como no nosso Vale do Rio Doce. Essa noite o Rio Suaçuí transbordou, e provavelmente, em sua cabeceira, as estradas estão paradas, como os trechos de Água Boa a Malacacheta e de Peçanha a Coroaci, que não têm asfalto. Essas estradas não entraram no estudo. O estudo levou em conta três aspectos: o pavimento, a sinalização e a geometria. Foram dados notas e conceitos, como regular, bom, ruim, péssimo ou ótimo para cada um desses quesitos, pavimento, sinalização e geometria. Há um quesito geral que é a média dos quesitos obtidos. Fazendo um levantamento pelo geral, percebemos que foram avaliados 3.591km de rodovias estaduais, num total de 545 rodovias, e 11.273km de rodovias federais, num total de 49 rodovias. Daí se constata que a maior parte das rodovias de Minas são federais, ou seja, mais que o dobro. Essas rodovias ficaram durante muito tempo abandonadas, especialmente na época do governo Fernando Henrique Cardoso, quando ele abandonou as rodovias de Minas em virtude daquela briga que teve com o nosso saudoso governo Itamar Franco. Pagamos o preço disso até hoje. Das 45 rodovias estaduais avaliadas pela CNT, 30 receberam o conceito regular, e das rodovias federais, 29 receberam esse conceito. Receberam o conceito ruim 11 das rodovias estaduais e 5 das federais; o conceito péssimo, 3 rodovias estaduais e 1 federal; o conceito bom, apenas 1 rodovia estadual, mantida pelo DER, e 13 das federais.

Então temos 13 rodovias federais avaliadas com conceito bom; em contrapartida, uma rodovia estadual com conceito bom. Nenhuma das rodovias estaduais obteve conceito ótimo; em contrapartida, uma rodovia federal obteve esse conceito: a BR-496, de 137km de extensão. O que percebemos é que a malha rodoviária federal é muito superior à malha estadual. São 11.000km contra 3.500km. No geral, as rodovias federais estão bem-avaliadas do que as estaduais. Não quero dizer com isso que as estradas mineiras estão perfeitas, resolvidas, e sim que há grande esforço do governo federal para melhorar sua condição de trafegabilidade. É óbvio que isso pressupõe investimentos altos, que precisam ser feitos, sem dúvida alguma. Não podemos é vir aqui e dizer que o Presidente Lula não está fazendo nada, que ele não olha para Minas Gerais. Com o maior respeito do mundo, esse Presidente tem profundo carinho pelo nosso Estado, e não apenas por ele, mas pelo restante do Brasil, do Norte ao Sul. Ele os trata com muita responsabilidade e equidade, de acordo com suas necessidades. O tratamento

diferenciado que será dedicado ao Rio de Janeiro está correto, pois esse Estado vive momento difícil e precisa, sim, de atenção especial. Isso não implica desconsiderar os outros Estados. Minas está sendo tratada com muito carinho, muito respeito, muita cordialidade por parte do nosso governo federal. É claro que precisa aumentar ainda mais os investimentos.

A Ministra Dilma Rousseff anunciou, na semana passada, a liberação de recursos do PAC para a revitalização do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e para o Rodoanel, que vai de Betim e passa por Ravena, diminuindo o fluxo de veículos nesse trecho norte da BR-381, que é, sem dúvida alguma, o principal gargalo do transporte em Minas Gerais. Apesar de estar toda recapeada, remodelada, tem traçado obsoleto, com engenharia da década de 50. Portanto, por mais reformas que sofra, sempre necessitará da duplicação, obra de característica especial em razão do traçado defasado do trecho. Não restam dúvidas de que Minas precisa dessa duplicação. O Presidente Lula e a Ministra Dilma têm ciência disso e estão trabalhando para entregar essas obras o mais rápido possível.

Acho importante fazermos uma análise desarmada dos fatos. Em nome do nosso sentimento político ou da nossa identificação política, não podemos maquiagem números. O estudo da CNT mostra que ainda é preciso melhorar as rodovias, que estão passando por reformas. Minas precisa fazer mais, pois suas rodovias estão piores, algumas nem sequer têm asfalto. Mas também devemos reconhecer as notícias boas. De acordo com o levantamento da Polícia Rodoviária Federal, o índice de acidentes ainda é alto, mas diminuiu em relação ao último feriado, o de Nossa Senhora Aparecida.

Segundo levantamento da Polícia Rodoviária Federal, o número de acidentes ainda é alto, mas precisamos reconhecer que diminuiu em relação ao feriado passado, de Nossa Senhora Aparecida. Há acidentes também que não são fruto do estado da rodovia. O acidente mais grave, ocorrido na BR-040, na altura do Km 339, no Município de Felixlândia, aconteceu em uma reta, numa rodovia em boa situação. O veículo saiu da pista, chocou em uma árvore, pegou fogo e matou três pessoas. Foi um acidente gravíssimo, e somos solidários com as famílias, mas temos de reconhecer que existe uma parcela de irresponsabilidade por parte de minoria muito pequena de motoristas que se esquecem de que o veículo não pode ser utilizado como arma, com excesso de velocidade. Então faço questão de deixar esse registro. O estudo da Confederação Nacional do Transporte merece, sem dúvida alguma, atenção especial; que possamos, por meio desse estudo, fazer justiça com quem está trabalhando e apontar o rumo para Minas, que precisa de muito mais, porém reconhecemos o que foi feito por este Estado e, de forma muito especial, pelo Presidente Lula.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/11/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 6/11/09, que nomeou Henderson Gomes de Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Mariana Silva Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Lélia Margareth Chaves Queiroz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

nomeando Renato Barroso Franco para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Livia Gravina Teixeira de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Luciana Fiuza Vieira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Luciana Fiuza Vieira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Luciano Jose de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 23/11/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a execução de piso em concreto armado.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tamandaré Informática Ltda. Objeto: aquisição de unidade de "backup". Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90.52 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 575/2008 do Pregão Eletrônico nº 216/2008 da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: STJ Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática. Objeto deste aditamento: distratar amigavelmente todos os termos e condições do contrato CTO/217/2007 e do Termo de Aditamento nº 99/2008, firmados pelas partes. Vigência: a partir de 1º/11/2009.

ERRATAS

ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2009

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 6/11/2009, na pág. 56, col. 1, no "Sumário", na "Apresentação de Proposições", onde se lê:

"Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Neider Moreira", leia-se:

"Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Neider Moreira e outros".

No "Sumário", na "Votação de Requerimentos", onde se lê:

"Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Neider Moreira; aprovação", leia-se:

"Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Neider Moreira e outros; aprovação".

Na pág. 57, col. 1, sob o título "REQUERIMENTOS", onde se lê:

"- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Neider Moreira", leia-se:

"- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Neider Moreira e outros".

Na pág. 57, col. 2, sob o título "Votação de Requerimentos", onde se lê:

"Requerimento do Deputado Neider Moreira", leia-se:

"Requerimento do Deputado Neider Moreira e outros".

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/11/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/11/2009, na pág. 79, col. 2, sob o título "REQUERIMENTOS", no Requerimento nº 4.956/2009, do Deputado Wander Borges, onde se lê:

"Sr. Jaime Silvestre Corrêa Camargo", leia-se:

"Jaime Silvestre Corrêa Camargo".

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.854/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/11/2009, na pág. 82, na col. 1, sob o título "Capítulo IV – do Fundo de Assistência ao Turismo – Fastur", no art. 8º, suprima-se a expressão "e o art. 17, acrescido dos §§ 1º e 2º".

Na mesma página, na col. 2, suprimam-se o art. 17 e seus §§ 1º e 2º.